ANÁLISE DE CONJUNTURA

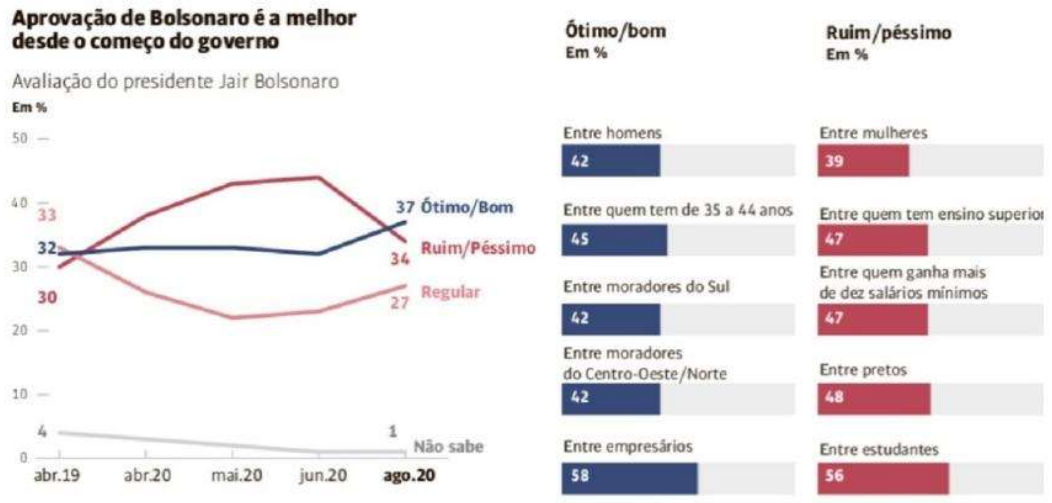
INSTITUTO CULTIVA | 24 agosto 2020

INSTITUTO CULTIVA
Cidadania e Participação Social

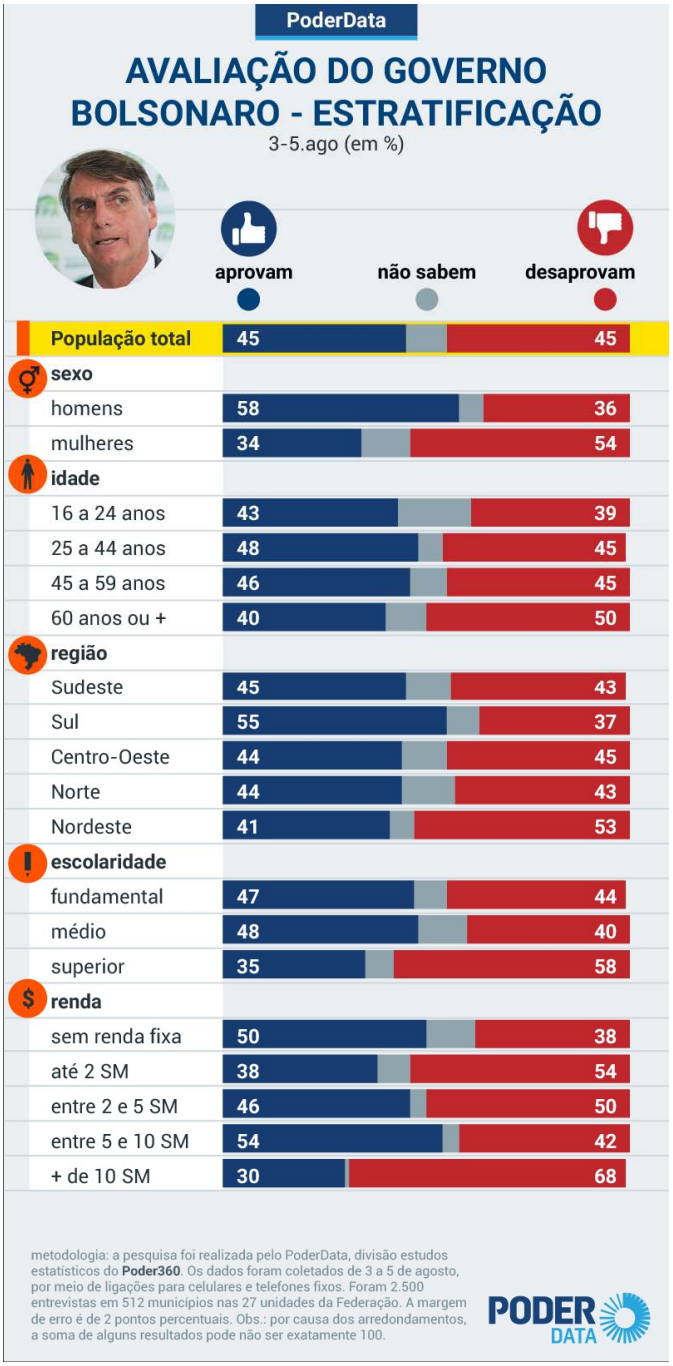
I. ANÁLISE DO CENÁRIO POLÍTICO

BOLSONARO RECUPERA POPULARIDADE

Segundo levantamento feito pelo Datafolha, entre os dias 11 e 12 de agosto, 37% dos indivíduos entrevistados consideram o atual governo em bom ou ótimo. Sendo que na pesquisa anterior, realizada entre os dias 23 e 24 de junho, a porcentagem daqueles que aprovavam essa gestão era de 32%. Houve queda na proporção de brasileiros que desaprovam a gestão atual, indo de 44% para 37%, em relação à pesquisa anterior. A pesquisa Datafolha foi feita por telefone, com 2.065 pessoas.



Já o último levantamento feito pelo PoderData, realizado entre 3 a 5 de agosto, entrevistou 2.500 brasileiros. Vejamos um painel com os dados da pesquisa:



Como podemos observar pelo painel, dentre as pessoas que aprovam o governo Bolsonaro, podemos destacar: homens em 58%, eleitores entre 25 a 44 anos em 48%, residentes na Região Sul em 55%, eleitores com ensino médio em 48% e com renda entre 5 a 10 salários mínimos em 68%. Já para aqueles que desaprovam a atual administração, destacamos: mulheres em 54%, eleitores acima de 60 anos em 50%, residentes na Região Nordeste em 53%, eleitores com ensino superior em 58% e com renda acima de 10 salários mínimos em 68%.

Existe de fato uma curva favorável a Bolsonaro e isso pode ser indicado em parte pelo pagamento do auxílio emergencial no valor de R$ 600,00 a um número superior a 65 milhões de brasileiros, representando cerca de um terço da população do país. Vale lembrar que o projeto foi sancionado no dia 1° de abril e de início, seria concedido R$ 200,00, mas representantes de partidos da oposição conseguiram negociar e chegar à quantia atual.

O Programa Bolsa Família (somado ao fomento promovido pelo BNDES) teve o condão de alterar a lógica social do Nordeste durante os governos Lula. Ainda hoje, 50% dos maranhenses recebem este recurso; 48% no Piauí e 47% em Alagoas. Já a ajuda emergencial de 600 reais envolve 39% da população da Bahia.

Estudo realizado pelos economistas Écio Costa (UFPE) e Marcelo Freire (Secretaria de Desenvolvimento de Pernambuco) revela que as cinco parcelas do programa de renda básica equivalem a 6,3% do PIB do Nordeste. O estudo indica que no Brasil o recurso emergencial equivale a 2,5% do PIB nacional (sendo 6,3% do PIB nordestino).

A ajuda emergencial está sendo canalizada para a construção civil, aquecendo o mercado local[1]. Além de material de construção, compras de celulares em segunda mão também estão registrando alta nas localidades com maior número de beneficiários. O caminho do Bolsa Família se repete.

Não há como ser diferente no país que é a oitava economia mundial e a segunda maior concentração de renda do Planeta. Temos, aqui, que destacar o papel pedagógico da democracia. Bolsonaro teve de se curvar à realidade. Se antes, o mote de Jair era o ataque virulento e extremado ao Estado e à agenda de Bem-Estar Social, agora, cede porque percebeu que sem a agenda social estava afundando.

[1] Ver "Auxilio emergencial e saque do FGTS movimentam a construção civil", Diário do Aço, 16/07/2020. Disponível em: https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0080240-auxalio-emergencial-e-saque-do-fgts-movimentam-a-construaao-civil

Patrícia Valim, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sugeriu em sua página no Facebook um detalhamento da pesquisa Datafolha: os Estados nordestinos cujos governos menos enfrentam o bolsonarismo teriam registrado uma melhoria na avaliação de Bolsonaro muito superior à média nacional. No caso, Valim está citando Bahia e Ceará. Precisaremos de mais pesquisas para confirmar a tese de Valim – dado que a margem de erro por Estado é muito alta na pesquisa Datafolha -, mas, de fato, os dois governos estão implantando a militarização da educação. O governo do Ceará enviou proposta à sua Assembleia Legislativa congelando os gastos primários à luz da Emenda 95, amplamente rejeitada pela esquerda brasileira. Outros governos nordestinos adotaram, aqui ou ali, políticas liberais ou conservadoras, mas foram nos Estados onde a ausência de

enfrentamento do bolsonarismo gerou uma avenida para a extrema-direita se firmar.

Aproveitando a melhora na sua aprovação, Bolsonaro iniciou esse mês uma série de viagens pelo Brasil, trocando o seu costumeiro tom beligerante por uma estratégia que permite a ele uma maior visibilidade diante de seu eleitorado e de seus apoiadores políticos como na busca da conquista de confiança por parte daqueles que não votaram nele, mas que passam a ser contemplados com o auxílio emergencial e que podem pender para seu lado em decorrência disso. Há quem já aponte que essa mudança de postura de Bolsonaro seja com o intuito de iniciar um processo de campanha eleitoral para a reeleição de 2022, mas ainda é muito cedo para saber se ele tem fôlego para isso.

No entanto, com as eleições municipais se aproximando, estabelecer novas alianças e conseguir alavancar a candidatura e possível vitória de prefeitos e vereadores Brasil afora que estejam alinhados com os interesses do governo federal, pode conferir apoio a ele em 2022 por intermédio dos representantes do executivo municipal, no intuito de preparar terreno para candidaturas de deputados estaduais, deputados federais, governadores e de sua reeleição como presidente.

Bolsonaro perde apoio de eleitores provenientes da classe média, das elites empresariais e das pessoas mais escolarizadas, que em um primeiro momento, o apoiaram. Em contrapartida, ele avança em direção aos mais pobres, em busca de apoio e utilizando o auxílio emergencial como meio para atrair a confiança por parte desse eleitorado.

Ao mesmo tempo em que se perdem 1000 vidas todos os dias no Brasil para o COVID-19, o governo concede um auxílio emergencial de R$ 600,00 e no fim do dia, é isso que faz com que mais de 60 milhões de pessoas coloquem arroz e feijão em suas mesas. Essa fatia do eleitorado não está interessada em saber quem é o provedor dessa quantia.

Assim, Bolsonaro se vê no impasse de manter um programa social e outras ações de proteção social estatal ou reafirmar a agenda ultraliberal sustentada pelo ministro Paulo Guedes. É nesta esteira que Bolsonaro projeta a proposta do programa Renda Brasil, reforçando seu nome dentre as classes menos abastadas.

O ministro da economia Paulo Guedes, após a saída de Sérgio Moro do governo, passou a se destacar como principal expoente do governo e a agir como mediador e fiador entre o governo e os representantes do capital financeiro. Guedes se torna aqui o fiel da balança entre a manutenção de Bolsonaro no governo e acelerar as reformas tão desejosas pelo grande capital brasileiro. Foi neste sentido que nos últimos dias de agosto, o ministro da economia passou a alardear o risco do governo federal romper com o teto de gastos, no que foi acompanhado por editoriais da grande imprensa paulista, obrigando Jair Bolsonaro a se pronunciar a favor do respeito ao limite de gastos públicos.

O QUE A FOLHA PENSA

Em defesa do teto

Déficit e dívida, não o limite constitucional, impedem expansão do gasto público

O ministro Paulo Guedes, da Economia, e o presidente Jair Bolsonaro - Mauro Pimentel - 11.out.19/AFP

Lembremos que de acordo com o próprio Guedes, no dia 12 teve uma "debandada" de seu ministério por parte de dois representantes que saíram dizendo que as reformas estão lentas.

Já são 53 pedidos de impeachment de Jair Bolsonaro protocolados na Câmara de Deputados. No entanto, no dia 3 de agosto, a participação do presidente da câmara dos deputados Rodrigo Maia (DEM-RJ) como entrevistado no programa Roda Viva e a sua fala foi clara ao afirmar que segundo ele, não há motivos suficientes e consistentes para se abrir um processo de impeachment contra Bolsonaro. Vale lembrar que Maia fica na presidência da câmara até fevereiro de 2021.

Assim, nunca esteve tão distante a possibilidade de queda de Jair Bolsonaro.

II. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO

MAIS BRASILEIROS SEM TRABALHO QUE COM TRABALHO

O boletim *Emprego em Pauta* do DIEESE levantou números sobre os primeiros impactos da pandemia no mercado de trabalho. São 18,5 milhões sem trabalho, 19 milhões afastados do trabalho e 30 milhões de pessoas com redução de renda. O IBGE na PNAD COVID-19 apresentou que é a primeira vez no país em que temos mais pessoas sem trabalho do que pessoas trabalhando.

Para entender essas contas: Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), em cinco anos (entre 2014 e 2019), o contingente de desocupados no Brasil aumentou de 6,7 para 12,6 milhões, elevação de quase 90%. A taxa de desocupação1 passou de 6,8%, em 2014, para 11,9%, em 2019, alta de 75%. Além do desemprego maior, o mercado de trabalho do país sofre também acelerado processo de precarização, com crescimento do número de trabalhadores por conta própria. Em 2014, havia 21,1 milhões de autônomos. Em 2019, 24,2 milhões, acréscimo de 3,1 milhões em cinco anos. Desse total, 80% não tinham CNPJ, proteção trabalhista ou ainda, em muitos casos, não contribuíam com a previdência.

Segundo o Relatório do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), o número de pessoas em situação de fome no Brasil em 2018 tinha chegado a 5,2 milhões, devido a um aumento nas taxas de pobreza e desemprego e a cortes nos orçamentos para agricultura e proteção social. O relatório aponta ainda, como causa do aumento do número de famintos, os cortes no programa Bolsa Família e, desde 2019, o desmonte de políticas e estruturas destinadas a combater a pobreza, como o Consea.

A crise do COVID-19 não é a principal responsável pelo flagelo do sistema de trabalho brasileiro. A pandemia se soma à crise provocada pela guerra do

controle da distribuição do petróleo entre EUA e Rússia e ao descontrole na condução da política econômica nacional.

Por outro lado, a entrada do auxílio emergencial na seresta política causa dúvidas. O auxílio emergencial foi responsável por aumentar 156% a renda normal de um trabalhador que não teve escolaridade. Na média geral, o aumento foi de 24% na renda dos trabalhadores beneficiados pelo programa. Essa diferença acontece por causa da desigualdade de ganhos. Quanto menor a escolaridade, menor a renda. Então quem ganhava menos antes da pandemia sentiu um impacto maior do auxílio. A conclusão é de estudo dos pesquisadores Lauro Gonzalez e Bruno Barreira, do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Apesar de pouco, o auxílio abre essa possibilidade de discussão na esquerda com força de uma agenda comum de renda básica que assista os mais pobres.

Em recente estudo de Rogério Jerônimo Barbosa, da USP (Universidade de São Paulo), e Ian Prates, do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), afirmaram que Programas emergenciais para enfrentamento da pandemia da COVID-19 levaram à redução temporária da desigualdade no Brasil, aponta estudo. O auxílio emergencial, por exemplo, evitou a queda de 23,5 milhões de brasileiros para a pobreza.

Os pesquisadores cruzaram dados da Pnad (Pesquisa Nacional de Amostragem Domicilar), do Caged (Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados) e dos dois programas. Os indicadores avaliados são emprego, renda, taxa de pobreza e coeficiente de Gini (indicador de desigualdade). Vejamos as tabelas que geraram.

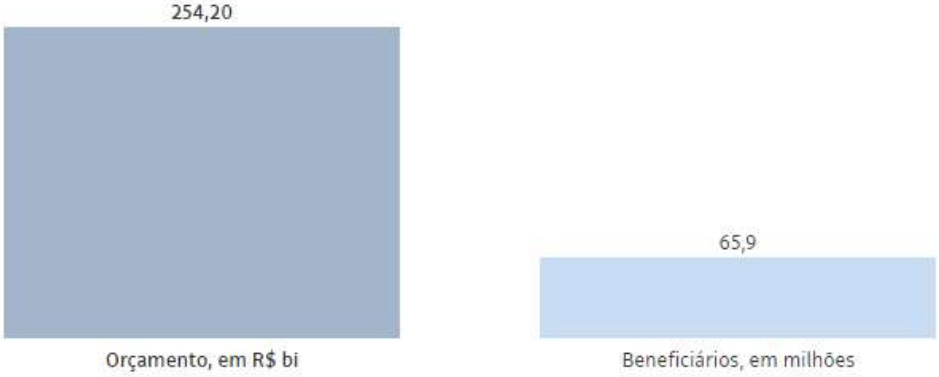
Brasileiros na pobreza

Em milhões | Em %

Fontes: Ministério da Economia, Boletim Mercado de Trabalho - edição especial Covid-19 (Ipea) e Nota Técnica Nº 14 (Rede de Pesquisa Solidária)

Programas do governo para enfrentar a pandemia

Auxílio emergencial de R$ 600



R$ 600 é o valor do benefício pago por cinco meses a trabalhadores informais

Redução de jornada e corte de salário, por até 4 meses:

- 25% a 70% de redução da jornada e da renda
- Suspensão do contrato
- Complementação da renda com base em porcentual do seguro-desemprego

14,3 milhões de famílias atendidas

Fontes: Ministério da Economia, Boletim Mercado de Trabalho - edição especial Covid-19 (Ipea) e Nota Técnica Nº 14 (Rede de Pesquisa Solidária)

Embora o governo sinalize para a adoção do programa Renda Brasil, técnicos do Ministério da Economia enfrentam dificuldades para conseguir recursos no Orçamento que financiem esta iniciativa. A proposta, então, seria a de unificação do Bolsa Família a outros gastos sociais, como abono salarial e salário-maternidade. A proposta é remanejar dinheiro dentro do Orçamento. Assim, a regra do teto de gastos que impede o aumento de despesas acima da inflação do ano anterior estaria preservada. "Evitar esse legado da pandemia [alta da desigualdade] por meio de um sistema de proteção social sólido é um dos principais desafios para os tempos futuros", escrevem Barbosa e Prates.

No entanto, o governo também não mostrou política econômica para os principais segmentos geradores de emprego no país: serviços e pequenas empresas. Entre as firmas que não voltarão a abrir as portas, 99,8% eram de pequeno porte.

O presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles, destaca que a média do número de empresas que fecham por ano fica em torno de 10%, o que corresponde a cerca de 600 mil negócios — menos que os 716 mil registrados pelo IBGE que já haviam fechado as portas até junho. Fruto da abertura de mercados p

SINAIS TROCADOS

O projeto do governo para afrouxar regras de contratação de trabalhadores prevê que até metade dos empregados de empresas privadas sejam pagos por hora trabalhada, em vez de salário mensal. Essa modalidade de contratação deve ser a base da proposta da carteira verde e amarela. O governo diz que o objetivo é incentivar a criação de empregos.

Na contramão da construção de uma política nacional de trabalho e renda, o governo estuda afrouxar as regras trabalhistas, gerando instabilidade, e criar modelos de contratação alternativos em que a empresa privada possam ter até metade de seus funcionários recebendo por hora trabalhada, não mais pelo salário mensal. Na prática o novo modelo de contratação seria uma espécie de expansão do trabalho intermitente.

O projeto que deve ser enviado ao Congresso prevê uma implantação gradual: no primeiro ano, as empresas poderiam ter 10% dos empregados contratados pelo regime

de pagamento por hora trabalhada. No segundo ano, 20% e, no terceiro, 30%. Empresas de saneamento seriam exceção e já começariam com 50% no primeiro ano. Especialistas dizem que a medida pode criar empregos, mas causar a demissão dos trabalhadores atuais, porque os outros seriam mais baratos

Paulo Guedes quer cortes expressivos na Saúde e Educação. Procura acelerar a votação de proposta que permite ao governo acionar em 2021 medidas de contenção dos gastos já previstas na Constituição, além de criar freios para as contas públicas. Os chamados "gatilhos" seriam disparados preventivamente assim que as despesas que não são obrigatórias chegarem a um nível muito baixo a ponto de comprometer o funcionamento da administração pública.

Entre as medidas que poderão ser adotadas estão a proibição de criação de despesas obrigatórias (como salários e o pagamento de benefícios da **Previdência**), criação de novos cargos, alteração de estrutura de carreira do funcionalismo, admissão ou contratação de pessoal, concessão ou ampliação de qualquer benefício tributário (como isenções dadas a empresas e famílias) e corte de renúncias em impostos.

Novas ações estão previstas, como revisão do pagamento do abono salarial (benefício de até um salário mínimo pago a quem ganha no máximo dois salários mínimos), do seguro-desemprego e maior foco em programas, além de cortes em renúncias fiscais.

Apesar da mobilização da equipe econômica, as frentes para estender gastos de enfrentamento da covid-19 em 2021 ganham força. Três delas têm apoio de muitos parlamentares, inclusive da base aliada. São elas: mais recursos para obras públicas, um novo programa de renda básica e a reformulação do sistema de saúde.

INDÚSTRIA EM QUEDA

Depois de cerca de meio século, o Brasil está saindo do grupo dos 10 países mais industrializados do mundo. A crise da indústria é anterior à pandemia. Em 2019, a produção industrial no Brasil já tinha diminuído 1,1% em relação a 2018. O patamar de produção industrial de 2019 foi semelhante ao de 2009: é como se o país tivesse regredido 10 anos em termos de produção industrial. Não tem como ser diferente: para a indústria, a década que se encerra em 2020 será novamente uma década perdida. Isso

já era esperado antes da pandemia e de o mundo ter ingressado numa das piores crises da história do capitalismo.

O problema conjuntural, ligado à crise, e o estrutural (desindustrialização), coincidem com o período em que o mundo atravessa a chamada Quarta Revolução Industrial. O Brasil precisaria investir em pesquisa e inovação industrial nesse momento para congelar a histórica defasagem científico-técnica que tem em relação aos países desenvolvidos. O orçamento da ciência e tecnologia para esse ano, no entanto, é de 7,3 bilhões, menor em termos nominais do que o de 2014, de 8,4 bilhões.

Na passagem de abril para maio deste ano, o IBGE constatou crescimento de 7,0% na atividade industrial nacional, na série livre de influências sazonais, com aumento em 12 dos 15 locais pesquisados. Os resultados refletem, na realidade, o retorno à produção, pelo menos em algumas unidades produtivas, após as interrupções decorrentes da pandemia. Apesar da recuperação mensal em maio, no trimestre móvel encerrado em maio, o índice caiu 8,0%, na comparação com o trimestre encerrado no mês anterior. Ou seja, os indicadores mantiveram a trajetória descendente iniciada em outubro do ano passado. Ainda na média trimestral encerrada em maio, 14 dos 15 locais pesquisados apresentaram taxas negativas de atividade.

O impacto da pandemia no setor industrial pode ser também observado na comparação com maio de 2019: a taxa nacional caiu -21,9 em maio de 2020, com resultados negativos em 14 dos 15 locais pesquisados. As maiores quedas ocorreram no Ceará (-50,8%), Amazonas (-47,3%), Espírito Santo (-31,7%), em Santa Catarina (-28,6%), no Rio Grande do Sul (-27,3%), São Paulo (-23,4%) e Nordeste (-23,2%), todos com taxas negativas maiores que a média da indústria nacional (-21,9%).

TABELA 1

Variações da Produção Industrial - Maio 2020 - %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	7,0	-21,9	-11,2	-5,4
Bens de capital	28,7	-39,4	-21,0	-9,6
Bens intermediários	5,2	-14,6	-6,7	-4,2
Bens de consumo	14,5	-31,0	-17,1	-6,3
Bens de consumo duráveis	92,5	-69,7	-37,1	-14,7
Semiduráveis e não duráveis	8,4	-19,3	-11,2	-4,0
Extrativa Mineral	-5,6	-5,8	-3,1	-6,3
Transformação	12,1	-23,8	-12,3	-5,2

Fonte: IBGE.

Outra pauta que toma fôlego para discussão é a reforma tributária. De um lado os movimentos sociais e sindicais se somam a discussão da taxação das grandes fortunas e do outro a equipe econômica com a unificação de impostos. A ideia da equipe econômica é que, depois de superado o debate sobre a unificação de impostos federais, juntamente com a proposta da Câmara de alterar também a composição dos impostos estaduais e municipais.

Uma das notícias que tomou força nas redes foi justamente a tributação de livros. A Câmara Brasileira do Livro, o Sindicato Nacional dos Editores de Livro e a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares publicaram um "manifesto em defesa do livro", em que se posicionam contrárias à mudança. Para as instituições, essa cobrança aumentaria a desigualdade do acesso ao conhecimento e à cultura.

Para a equipe econômica após essa fase estará aberto o caminho para uma outra discussão: a tributação de dividendos das empresas quando repassados a seus acionistas. O governo prevê timidamente 12% para os dividendos dos mais ricos e nem pensa em taxar a renda das fortunas, porém, para os mais pobres a alíquota paga por trabalhadores com carteira assinada, que hoje é de 27,5%.

.

III. ANÁLISE CONJUNTURA MOVIMENTOS SOCIAIS

NOVOS PERSONAGENS SOCIAIS E SUA PROVISORIEDADE

Movimentos sociais brasileiros progressistas são geralmente emissários de um novo ideário e assumem características típicas de uma sociedade plural e desigual, que se constrói em torno do embate político por interesses coletivos, muitas vezes, ligados a grupos específicos ou de classe.

Em geral, os movimentos sociais caracterizam pela reação às formas autoritárias e de repressão política, contrapondo com propostas de democracia direta e de base ou representativa, pelo questionamento da distribuição do poder, pela reação à centralização do poder, avançando ideias de autonomias locais e de autogestão, pela oposição ao modelo econômico e pelo encaminhamento de novas formas de vida comunitária. Todos estes fatores, como a literatura do início dos anos oitenta sublinhou, determinariam o autorreconhecimento dos movimentos como sujeitos *novos* da vida social, criando-se assim uma identidade própria e *novos* atores.

O sociólogo francês **Alain Touraine** considera que a semente dos movimentos sociais está no conflito entre classes e vontades políticas. Para ele, os conflitos sociais estão enraizados em nossa forma de governo e em nosso Estado moderno, permeado por vontades individuais e pelas desigualdades sociais. Essa desigualdade, que fere os princípios de igualdade de um Estado democrático, torna-se um agente de segregação social, cultural e econômica, fatalmente interferindo nas formas de atuação civil daqueles afligidos por esse mal. Não há dúvida de que isto tem ampla fundamentação na realidade. Os setores populares, da base da pirâmide social, que participam destes movimentos ganham, talvez pela primeira vez, consciência de seus direitos, de serem cidadãos ativos. Parece-nos que disto ao reconhecimento da potencialidade de criação de uma *nova* perspectiva de organização da sociedade há uma distância que necessita ser preenchida.

Grupos da Igreja, de mulheres, ecologistas, população negra, LGBTQIA+, torcidas organizadas ou trabalhadores de aplicativos se projetaram no último período e se não se conformaram como movimentos sociais – dada sua descontinuidade -, projetaram novos personagens sociais no jogo político nacional.

Esses novos personagens sociais trazem no seu bojo uma nova forma de organização, diferente da organização tradicional do século XX, e pode estar aí a dificuldade de organizar e sua permanência no tempo e no espaço.

Neste sentido, não há dúvida de que há fenômenos de *novo* tipo. A discussão deve-se dar para compreender suas motivações e sobretudo para compreender

quais os fatores políticos *novos* que se introduzem, ou, quando isto não se dá, se há indicação de permanência em estágios pré-políticos, justamente pela aversão à política em nome das concepções igualitárias, participativas e horizontalizadas. Eles também podem aparecer como posts de uma rede social que são facilmente descartados (deletados) ou esquecidos pelo volume de informações em uma sociedade moderna e contemporânea. O exemplo disso foi a jornada de 2013, que parecia mais um facebook e suas postagens, cada pessoa tinha uma reivindicação e cada uma diferente da outra, não dando uma aparência de movimento social, mas, sim, um ajuntamento de desejos ou posts.

A outra dificuldade dessas novas formas de organização social é a sua característica comunitária e não universal. Reconhece-se que o horizonte da grande maioria das mobilizações atuais está restrito ao atendimento de reivindicações localizadas, de necessidades emergentes, reflexo da incorporação da noção de direito do cidadão. Em geral, tais necessidades são limitadas no tempo e no espaço, sendo de relevância apenas para a comunidade afetada. Portanto, podemos compreender que a questão de fundo, a da relação do movimento social com a sociedade civil em geral e com a sociedade política e o projeto político, é, no melhor dos casos, apenas potencial, como perspectiva.

No Brasil, os movimentos sociais têm-se organizado de forma setorializada e localizada: pela pavimentação de ruas, pelo esgoto, pela luz, pela creche, pela escola, pelo posto de saúde, pela moradia ou por agendas específicas de uma categoria. Em alguns casos, houve reivindicações mais abrangentes, contra o

desemprego, contra a alta dos preços, contra a desigualdade social ou o fortalecimento do SUS.

Mas disto resulta uma evidência: com algumas poucas exceções, os novos personagens sociais não apenas não formularam uma proposta mais abrangente, mas também se enraizou neles um discurso de rejeição da política que acaba por reproduzir e por dar caráter permanente à setorialização e localização de sua ação, o que implica, como corolário, até certo ponto, a rejeição de qualquer forma de institucionalização.

Exemplo notório e mais recente foi a greve dos trabalhadores dos aplicativos, nos meses de junho e julho, que gritavam em alto e bom som que não havia lideranças, sindicatos ou partidos políticos puxando aquele movimento.

Os movimentos sociais urbanos caracterizaram-se em sua emergência particularmente em razão de reivindicações frente a alguém: este alguém foi sobretudo o Estado. Claro que há outros movimentos que surgiram independentemente de reivindicações imediatas frente ao Estado: feministas, ecologistas, combate ao racismo, LGBTQIA+. Em geral, esses movimentos, muitas vezes, não deixam claro que são da classe trabalhadora e só têm a força de trabalho para vender, pois também, existem movimentos liberais com estas bandeiras acima. Que não questionam o modo de produção capitalista e o *status quo* vigente.

Outra dificuldade para a compressão e permanência desses novos movimentos sociais são os conteúdos imprecisos, como falar em mais democracia sem qualificar o conteúdo e fazer um debate mais amplo com outros setores da sociedade brasileira. Os movimentos sociais urbanos atuam no contexto das cidades. Seria, portanto, necessário avançar na capacidade de formular propostas no domínio do urbano e, mais do que isso, avançar linhas que, apoiadas sobre uma articulação de forças sociais e políticas que lhe dessem sustentação, pudessem ter impacto real. A dificuldade, muitas vezes, encontra-se até pela maneira nova de organizar, que são as redes sociais fluidas e providas de uma identificação social que é conhecida como avatar. Que na verdade é uma identificação sem comprovação real.

De um certo sentido, proporciona-se a possibilidade de pensar de maneira mais ampla sobre os limites do ultrapassar a forma tradicional, burocrática e lenta, proporcionando-lhes novas formas de participação ativa, democrática e horizontalizada no mundo virtual, nas quais o representante expressa a cada momento a vontade de sua base social ou política. A extrema dificuldade de avançar nessas novas formas é como o virtual pode transformar-se realmente em real, já que uma pessoa pode ser várias ao mesmo tempo (avatar). A outra dificuldade é que as pautas de interesses mudam constantemente e uma mesma

pessoa pode participar de vários grupos ao mesmo tempo com interesses contraditórios. Ela simplesmente pode ser um avatar aqui e ali, sem compromisso real ou ideológico com o grupo de que está participando. Tudo isso agravado com a fragmentação do mundo do trabalho e sua precarização.

IV. ANÁLISE DA CONJUNTURA ESTADO E SERVIÇO PÚBLICO

EDUCAÇÃO: SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS IMPACTAM FAMÍLIAS

Pesquisa[2] realizada pelo Instituto Data Senado e divulgada no dia 12 de agosto, revela que pela percepção de 63% de pais e responsáveis entrevistados, a qualidade no aprendizado dos alunos caiu neste período de suspensão das aulas presenciais. Para 22%, a qualidade das aulas se manteve e apenas 8% disseram haver melhora no ensino. O levantamento indica, ainda, que 75% dos pais com filhos em aulas remotas nos últimos 30 dias preferem que elas voltem a ser presenciais, assim que a pandemia acabar.

A pesquisa foi feita por telefone entre os dias 24 e 28 de julho com 2,4 mil indivíduos. 40% dos pais com filhos em escolas públicas afirmaram que as aulas foram suspensas em sua maioria nos últimos 30 dias. A mesma resposta foi dada por apenas 18% dos pais que matricularam seus filhos em escolas particulares. Outro dado dessa pesquisa é em relação ao acesso à internet entre alunos das redes pública e privada: 26% dos alunos da rede pública não possuem internet para apenas 4% dos da rede privada.

O NOVO FUNDEB

No dia 20 de agosto estava previsto a votação da PEC 26/2000 no Senado, projeto que torna o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério) permanente e amplia a participação da União para 23% gradativamente.

[2] https://odocumento.com.br/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia/

Contudo, a votação foi adiada para as 16h do dia 25. A proposta será o único item da pauta de votações e, caso aprovada, deverá ser promulgada no dia seguinte em sessão do Congresso.

Além de tornar o Fundeb uma política permanente de Estado, a PEC 26/2020 aumenta em 13 pontos percentuais a participação da União nos recursos destinados ao Fundeb. O texto ainda altera a forma de distribuição dos recursos da União entre os estados. A PEC teve como primeira signatária a ex-deputada federal Raquel Muniz (PSD-MG) e como relatora na Câmara dos Deputados a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO). No Senado, a matéria é relatada pelo senador Flávio Arns (Rede-PR).

Em seu relatório, Flávio Arns ressalta a atual importância do Fundeb: "trata-se de um dos principais instrumentos de redistribuição de recursos do país, realocando valores no âmbito de cada estado, entre o governo estadual e as prefeituras, para tornar o sistema educacional mais equitativo e menos desigual".

O Fundeb atualmente representa 63% do investimento público em educação básica. Arns sustenta que se o fundo não existisse, os valores mínimos de aplicação em educação girariam em torno de R$ 500 por aluno/ano nos municípios mais pobres do Brasil. Com o Fundeb atual esse investimento é em torno de R$ 3.600. Com a PEC, esse valor deve aumentar cerca de 50% até 2026, podendo alcançar o valor de R$ 5.500.

Uma das mais importantes inovações é o Custo Aluno Qualidade (CAQ). O CAQ define o que se entende como qualidade básica para as escolas brasileiras. Segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o padrão básico envolve: tamanho das turmas, formação, salários e carreira compatíveis com a responsabilidade dos profissionais da educação, instalações, equipamentos e infraestrutura adequados. Envolve, ainda, laboratórios, bibliotecas, quadras poliesportivas cobertas, materiais didáticos. Pode parecer absurdo, mas metade das escolas brasileiras não tem rede de esgoto e 16% não contam com instalações sanitárias no prédio. Com o CAQ, objeto de intenso ataque de fundação e

institutos privados que investem em assessoria educacional (como o Todos pela Educação) e de parlamentares vinculados a este setor empresarial da educação (casos de Tabata Amaral, Felipe Rigoni, Tiago Mitraud, Raul Henry e Rodrigo Maia), os recursos do novo Fundeb serão direcionados para criação de uma escola universal equipada, se tornando um direito real de todos brasileiros em idade escolar.

Para que entre em vigor, a PEC precisa da aprovação em dois turnos e atingir 49 votos a favor em cada um deles.

POLÍTICAS PÚBLICAS

No dia 2 de agosto, a pauta de debate na Câmara dos Deputados[3] foi sobre a situação do novo coronavírus dentro do sistema prisional brasileiro. Para isso, a Comissão Externa que tem como premissa acompanhar o enfrentamento à pandemia contou com a presença de especialistas para aprofundar a discussão.

O Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen) apresentou os números relativos ao contágio pelo novo coronavírus dentro dos presídios, revelando mais de 12 mil infectados e 80 mortos, tendo ainda 3 mil casos sob suspeita. Os dados do Depen indicam que a superlotação pode ser registrada na maioria esmagadora das unidades prisionais, favorecendo assim, a propagação do vírus. Apesar da taxa de contaminação ser maior, a taxa de mortes dentro dos presídios é menor do que na população em geral em nosso país.

Em um artigo publicado no Estadão no dia 13 de agosto, intitulado **Capacidades estatais nas políticas para migrantes e refugiados no contexto de pandemia**[4], os pesquisadores Thaís La Rosa, Natália Susuki, João Chaves, Camila Barreto Breitenvieser e Beatriz Soares Benedito apresentam a necessidade de novos arranjos institucionais durante a pandemia e "o desenvolvimento de

[3] https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/seguranca/audio/2020-08/pandemia-ressaltou-necessidade-de-politicas-publicas-para-acabar-com/
[4] https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/capacidades-estatais-nas-politicas-para-imigrantes-e-refugiados-no-contexto-de-pandemia/

capacidades estatais para que a distribuição de benefícios e atendimento em serviços públicos atingisse a população."

Notou-se que o distanciamento social afetou "grupos historicamente vulnerabilizados", como é o caso de imigrantes e refugiados, afetando a dinâmica entre usuários e trabalhadores de políticas públicas que são essenciais para a diminuição de desigualdades sociais entre essas populações. Elementos como diminuição no quadro de funcionários em serviço social e o desenvolvimento de metodologias variadas utilizadas por professores e alunos em um cenário precário de acessibilidade tecnológica marcaram essa dinâmica.

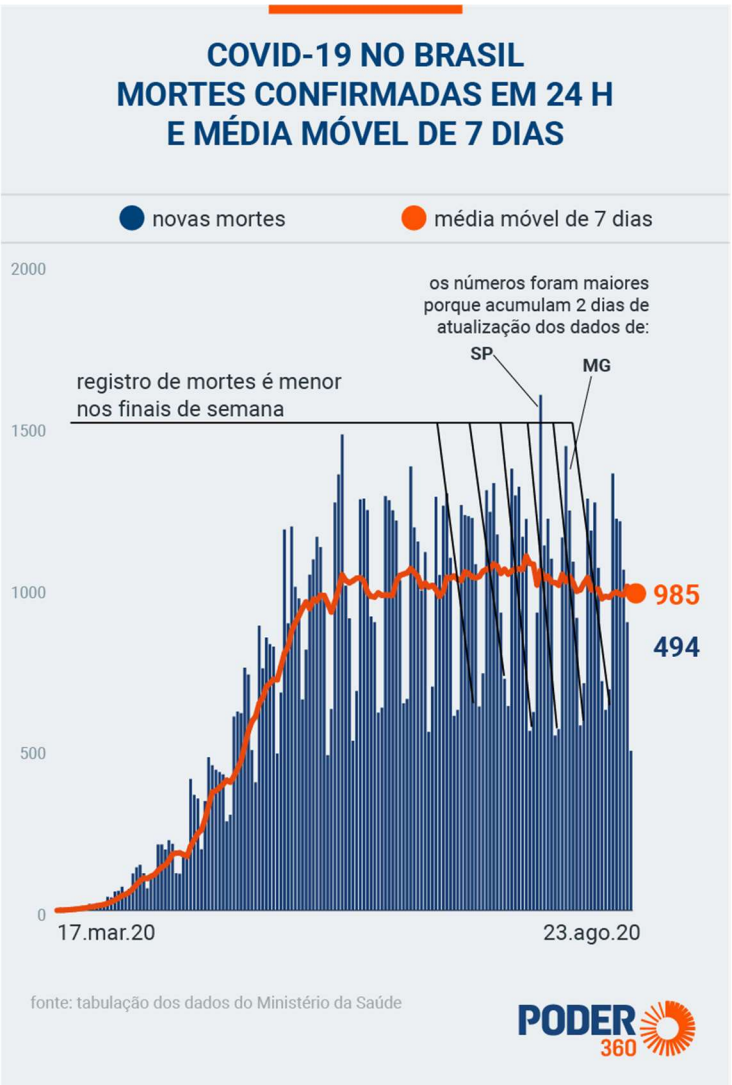
Outros elementos como os processos de normalização e processos de documentação foram notados como dificultadores para essa população. Da mesma forma, há por parte dos servidores, uma sobrecarga de trabalho em função dos impactos do teletrabalho e de como isso afeta psiquicamente esses trabalhadores, dificultando assim, a execução mais eficiente no atendimento aos usuários dos serviços prestados.

Dentro do contexto da pandemia, alguns aprendizados foram obtidos, tais como:

- "Os procedimentos previstos para essa população devem ser revistos, juntamente com normativos e legislações que os apoiem;"
- "A supervirtualização das dinâmicas de trabalho exige maior investimento psíquico para os trabalhadores da linha de frente de políticas públicas;"
- "A participação social deve ser potencializada para que as tomadas de decisões sejam feitas de forma mais acertada, inteligente e articulada posto que a escuta das demandas sociais e a busca conjunta por soluções que envolvem atores diversos podem incutir maior aderência da população e consequentemente maior eficiência das soluções encontradas;"
- "A articulação interinstitucional deve ser adensada de forma a promover a efetividade das políticas públicas para migrantes e refugiados."

A CRISE SANITÁRIA AUMENTA A DEPENDÊNCIA DE AJUDA SOCIAL

O Brasil se consolida como o segundo país mais afetado pela COVID-19 em âmbito mundial, atingindo uma média em torno de mil mortes diárias e gerando a impressão de que ainda conviveremos com essa realidade por um longo tempo.



A crise sanitária de amplitude global, que no caso do Brasil, expõe de forma contundente as desigualdades crônicas, estruturantes, sistêmicas e enraizadas em nossa sociedade como um todo, ao mesmo tempo, representadas pelos estados brasileiros com suas culturas, suas histórias, suas topografias, suas representações do espaço urbano, suas particularidades e seus maneiras de se fazer política.

Dentro desse cenário lidamos com uma crise nas relações de trabalho (representada pela precarização, pela flexibilização, pela uberização e pela alta taxa de desemprego), uma crise política, uma crise econômica, uma crise das instituições e uma crise na educação. O número de casos segue dentro de uma crescente e o tal "platô" ainda não mostra a sua face.

Nesse contexto, os brasileiros aguardam a chegada de uma salvação através da de uma milagrosa vacina enquanto navegam à deriva por um mar de mortos. Com o surgimento da pandemia, assistimos à queda de dois ministros da saúde. Depositamos nas mãos do governo federal e dos estados a criação de políticas sanitárias, a implantação de hospitais de campanha, a chegada de respiradores, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a descoberta ou a compra da vacina.

O que não foi percebido é que não se pode resolver a questão do vírus apenas com um olhar direcionado para a medicina, como se o problema fosse apenas médico e não político. O vírus se espalha e se propaga rapidamente em locais onde se localizam moradias precárias, em transportes públicos, em igrejas e em locais onde há concentração de pessoas por motivo de trabalho. Para aqueles que o mínimo é representado pelo auxílio emergencial de R$ 600,00, que representa 65 milhões de pessoas, a sobrevivência não os permite ficar em suas casas para não deixar o vírus circular e fazer trabalho remoto. Enquanto isso se debate o retorno dos estudantes para as escolas e como que ficam as transmissões do Brasileirão.